



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ

PRAXIS

ANO VIII - Nº 78 - JULHO/AGOSTO 2014



OS MITOS DA **MAIORIDADE PENAL**

Páginas 8 e 9

Exercício profissional

**Serviço Social e Ministério
Público Federal**

Páginas 4 e 5

Convocação

**Assembleia Geral do CRESS-RJ
será dia 30 de outubro**

Página 3

CRESS opina

O Estado e a face de suas novas exceções

A maioria das constituições de países capitalistas prevê situações em que se adotam políticas "de exceção". Seriam aquelas em que conceitos tão discutíveis como "povo", "paz", "ordem pública", "território nacional" encontram-se ameaçados. Nelas, previsões legais que regem cada sociedade estariam suspensas.

Uma conquista das revoluções burguesas para a humanidade foi a ideia de que "todos são iguais perante a lei". Na prática ocorre algo muito distinto. Como historiadores marxistas afirmam, a ideia da igualdade fomentou lutas sociais e revoluções contra ordens desiguais, injustas e exploradoras. O predomínio da razão sobre explicações místicas e/ou teológicas fez com que pudéssemos projetar um mundo efetivamente justo e igualitário, e atuar para construí-lo, seja no âmbito da organização política ou do exercício profissional (como indica nosso Código de Ética), guardadas as devidas proporções.

O Estado capitalista não é neutro e guarda intensas contradições. Leis que preveem prisão valem da mesma forma para ricos ou pobres no mundo? E políticas de saúde e educação? As leis tratam da mesma forma quem detém renda e quem compõe multidões empobrecidas pelo capital? O direito de ir e vir, de transitar pela cidade, é o mesmo para todos os estratos da juventude?

Falar genericamente em *Estado "de exce-*

ção" pode contradizer a realidade cotidiana. Implica admitir que em períodos "normais" o Estado seria neutro, universal, não defenderia interesses de determinadas classes sociais e/ou segmentos populacionais, em prejuízo de outros.

O que ocorreu no Brasil durante a Copa do Mundo elevou à máxima potência esta estratégia ideológica em torno do Estado. Em nome de garantir a "ordem necessária" para o torneio, suspenderam-se direitos elementares, como os de expressão e manifestação política. Segundo a Lei Geral da Copa (aprovada por governos e Congresso Nacional), manifestantes poderiam ser considerados terroristas. Seriam crimes contra o Estado, de enorme potencial agressivo... Foi o que se viu na prisão de militantes (antecedida de escutas telefônicas, ações de inteligência policial e outras não utilizadas para combate dos grandes crimes de empresas capitalistas) que denunciavam os gastos da Copa em detrimento de políticas como transporte, saúde, educação, habitação. O mesmo tende a voltar a ocorrer em 2016, embora mais concentrado na cidade do Rio de Janeiro, palco quase exclusivo dos Jogos Olímpicos.

Há duas possíveis novidades na adoção contemporânea das políticas "de exceção" às quais são conferidos caráter supostamente legal. Uma: as medidas não atingem apenas o "lado de baixo" da população. Como afirmam movimentos sociais da Maré, por exemplo, a repressão que sempre ocorre nas favelas

SANDRO MENEZES/Ñ COLETIVO



chega ao asfalto. Duas: é mais difícil esconder as razões de fundo deste processo quando sabe-se que só a FIFA, corporação capitalista que coordena o futebol mundial, lucrou bilhões de reais com o evento que motivou tal legislação. É somar dois mais dois: o Estado demonstra a qual senhor pretende servir.

A população brasileira deu mostras, durante a Copa, de que mantém sua afetividade, alegria e acolhimento a populações de centenas de países. Certamente o mesmo voltará a ocorrer nas Olimpíadas. Vivencia-se, na prática, parte da inter-relação entre os povos com que sonhamos em um mundo igualitário de verdade. Mas não devemos nos cegar frente a medidas repressivas e de regulação armada, com fortes doses de militarismo, que enaltecem o uso da violência e eliminam parte significativa de direitos conquistados com sangue, suor e luta ao longo da história de nosso país.

A diretoria

PRAXIS

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 7ª REGIÃO - Nº 78 - Julho/Agosto 2014

Rua México, 41, grupos 1203-1205 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-144

Telefax: (21) 3147-8787 - e-mail: diretoria@cressrj.org.br

www.cressrj.org.br

Presidente: Rodrigo Silva Lima

Vice-presidente: Denise Nicacio Pereira

1º Secretário: Carlos Felipe Nunes Moreira

2º Secretária: Márcia Denise de Canena

1ª Tesoureira: Carolina Cruz da Silva

2ª Tesoureira: Mônica Simone Pereira Olivar

Conselho Fiscal: Vanessa Bezerra de Souza, Christiane dos Passos Guimarães, Nelson Félix Lima Neto.

Suplentes: Charles Toniolo de Sousa, Eliane Santos de Assis, Glicia Nick de Oliveira, Sílvia Dabdab Calache Distler, Maria de Fátima Alves Canazaro Vasconcellos, Moara Paiva Zanetti, Vera Sodré de Araújo, Débora Rodrigues de Araújo, Carla Maria Diniz Fernandez

Comissão de Comunicação e Cultura: Carlos Felipe Nunes Moreira, Rodrigo Lima, Nelson Félix Lima Neto, Charles Toniolo de Sousa, Michelle Moraes, Fernando da Silva Lopes, Jefferson Lee de Souza Ruiz, Célio Albuquerque, André Cansado e Allan Botelho

Seccional Campos dos Goytacazes

Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 - Centro - Telefax: (22) 2723-9464

Coordenadora: Liliane Cardoso d'Almeida

Secretário: Jonis M. S. Felipe

Tesoureira: Eliana Ferez

Suplentes: Cristiano Correa Pessanha; Fernanda de Oliveira Monteiro; Natália Meritello

Seccional Sul Fluminense - Volta Redonda

R. Gen. Oswaldo Pinto da Veiga, 350, salas 1001 a 1003 - Pontual Shopping - CEP 27261-050
Telefax: (24) 3342-6886

Coordenadora: Suellen das Chagas Bitencourt

Tesoureira: Paula Almeida Pereira

Secretária: Débora Tavares Rodrigues

Suplentes: Natalia Reis de Oliveira, Fabiola Salvador da Costa, Cristiane dos Santos Alves

Jornalistas responsáveis: Célio Albuquerque MTB/RJ 15751) e Rafael Lopes SRTE/RJ 33988

Projeto gráfico, diagramação e ilustrações: Carlos D - **Estagiário de jornalismo:** André Cansado

Impressão: Gráfica Colorset - **Tiragem:** 15.000 exemplares - **Data de impressão:** 24/07/2014

Você foi vítima direta da DITADURA?

O Conjunto CFESS/CRESS está encerrando a coleta de depoimentos de estudantes e profissionais de Serviço Social que, de alguma forma, foram vítimas das ações da ditadura. A iniciativa faz parte do projeto "Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura militar". A proposta é reunir estes relatos em uma publicação e enviá-la a instâncias públicas, como a Comissão Nacional da Verdade.

Se você passou por este processo ou conhece colegas assistentes sociais (ou estudantes de Serviço Social) nesta situação, envie os relatos para a campanha. Basta acessar o link www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/968



Seccional Sul Fluminense com novos horários de atendimento

Desde o dia primeiro de setembro, a seccional Sul Fluminense (Volta Redonda) está com novo horário de atendimento a categoria. Os atendimentos agora são realizados de segunda a sexta-feira, sempre de 10 até 16 horas. Todas as quintas-feiras há plantão de agente fiscal. De 9h00 às 12h30 e de 13h30 às 17h30. O e-mail da COFI da seccional é: subcofivr@gmail.com

Mais informações através do telefone (24) 3342-6886 e dos e-mails cressvr@oi.com.br e cressvr@gmail.com

PRAXIS NO FEMININO: No trabalho permanente de construir uma linguagem não discriminatória, os materiais do CRESS-RJ voltados à categoria usam o gênero feminino para se referir a profissionais e estudantes de Serviço Social.

Registro e anuidade

Atualização de dados

É importante que cada Assistente Social mantenha o seu cadastro sempre atualizado junto ao CRESS. É através dessas informações cadastrais que o Conselho mantém contato com profissionais. Atualizar suas informações junto ao Conselho garantirá que você receba seus boletos bancários, possíveis notificações oficiais e correspondências do conjunto CFESS/CRESS, incluindo o Praxis. Para atualizar seu cadastro envie um e-mail para registroeanuidade2@cressrj.org.br com suas informações profissionais e pessoais para atualização.

CRESS-RJ convoca ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pauta: Plano de Metas/Orçamento para 2015; deliberação do valor da anuidade de 2015; e informes. A assembleia será realizada no dia 30/10, quinta-feira, na sede do Conselho, Rua México, 41, 12º andar, Centro do Rio de Janeiro, com primeira convocação às 18h30 e segunda convocação às 19h. Terão direito a voto assistentes sociais em dia com o CRESS.

Exercício profissional**Desafios do Serviço Social no MPF**

O Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MPF-RJ) é um órgão que tem por objetivo atuar em defesa dos direitos da coletividade, como, por exemplo, a garantia de acesso a serviços públicos de qualidade. Dentro dessa estrutura complexa, que atua de forma multifacetada, o setor de Serviço Social realiza pesquisas, análises de políticas públicas, seus serviços afins, visitas institucionais, atendimento ao público interno e externo e em atividades relacionadas à saúde do trabalhador. Apesar do tamanho da instituição e da atuação em todo o território do estado fluminense, apenas duas assistentes sociais são responsáveis por toda essa demanda.

A primeira a ingressar no MPF-RJ foi a assistente social Sueli Silva. Desde março de 1994 ela ocupa o cargo e atualmente encontra-se na sucursal de Nova Friburgo, na Região Serrana. Ela conta que inicialmente entendeu-se que o Serviço Social do MPF-RJ deveria dedicar-se exclusivamente ao atendimento do público interno em suas questões na área de

Dentro do Ministério Público Federal, o setor de Serviço Social realiza pesquisas, análises de políticas públicas, visitas institucionais, atendimento ao público interno e externo e em atividades relacionadas à saúde do trabalhador. Apesar do tamanho da instituição e da atuação em todo o território do estado fluminense, apenas duas assistentes sociais são responsáveis por toda essa demanda.

saúde (principalmente servidores ativos, aposentados e seus dependentes). Após debates na própria instituição, decidiu-se que assistentes sociais poderiam contribuir também em outras áreas.

Para elucidar a questão da mudança na atuação de profissionais de Serviço Social junto ao público externo, Sueli cita a tragédia socioambiental, de janeiro de 2011, que assolou a região e atingiu principalmente os municípios de Teresópolis e Petrópolis. No entanto, quem mais sofreu foi Nova Friburgo. Na ocasião, 428 pessoas morreram e mais de 5.000 ficaram desabrigadas.

"A região serrana enfrenta, ainda hoje, uma situação difícil, decorrente, dentre outras, da tragédia de 2011. O grande desafio institucional é estabelecer dentre as prioridades (moradia, educação, saúde etc) as que devem ser imediatamente apresentadas à Justiça Federal. Também já houve períodos de grande demanda, principalmente solicitações de averiguação a programas sociais implementados nos municípios, como no caso do Programa

de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)”, exemplifica.

Na equipe que atua na sede do MPF-RJ, no Centro do Rio, o assistente social Thiago Nascimento da Silva supervisiona duas estagiárias, Lessandra da Silva, que está no 6º período, e a formanda Mariane Rodrigues. Para ele, um dos principais pontos de atuação do setor de Serviço Social é dar suporte à equipe de atendimento aos trabalhadores da instituição. A sensibilização desses trabalhadores se faz necessária para que entendam quais são as demandas de competência do Serviço Social. Thiago explica que esse trabalho é importante, porque muitos casos extrapolam o caráter jurídico da denúncia.

“A instituição em sua maioria atende advogados, estudantes de direito, representantes de empresas e a própria União. Mas também tem a população que vem fazer a representação de serviços que não estão funcionando bem. Fazemos um trabalho de conscientização dos servidores, para que eles também identifiquem as demandas para o Serviço Social. É um trabalho de conscientização diário. Precisamos afirmar e reafirmar o papel do Serviço Social, sobretudo pela alta rotatividade dos servidores no setor de atendimento. Por exemplo, vem um cidadão aqui reclamando de algum problema no atendimento de um hospital federal. Muitas vezes, verificamos que a necessidade da pessoa não é só a falta de atendimento, mas é uma demanda que necessita de encaminhamento para outros serviços”, explica.

Thiago afirma que a principal questão é conseguir perceber quais são os pontos da denúncia que sirvam de argumentação para que seja aberta uma representação de ordem coletiva.

“Temos como exemplo de casos que chegam ao setor, situações de violação do direito à saúde. O nosso trabalho, então, é trazer a demanda que está sendo apresentada de forma individual para o âmbito coletivo. Diferentemente do que se costuma pensar, os casos em que o MPF atua nem sempre são judicializados. Por isso, é importante lembrar que há instrumentos para resolução das demandas pela via administrativa. Nos atendimentos realizados pelo Serviço Social, por exemplo, identificou-se a insuficiência de cobertura da política de saúde em sua integralidade. Isto porque o serviço ofertado não estava contemplando de forma adequada a demanda por transporte gratuito especializado dos pacientes renais crônicos. Na pesquisa realizada foi possível identificar muitos outros casos. Por esse motivo, foi movida uma ação civil pública para que o direito à saúde fosse assegurado”, exemplificou o assistente social.

Outra frente de atuação de assistentes



sociais se dá em diligências solicitadas pelos procuradores em relação a processos administrativos e investigações em curso. Nestes trabalhos, o Serviço Social é chamado a elaborar relatórios e pareceres sociais em diversas áreas como saúde, educação, habitação, uma vez que se trata de uma atribuição privativa da categoria.

“Aqui na verdade é uma porta aberta, não atendemos a uma área específica, as demandas vão de saúde a habitação. É estimulante e desafiador, porque temos que estar sempre

pesquisando bibliografia sobre diversos temas, nos atualizando. Não podemos ter a pretensão de achar que sabemos tudo, cada dia é um aprendizado. É preciso ter a humildade de reconhecer que uma determinada situação é nova e nos debruçar sobre o assunto antes de iniciar qualquer procedimento ou orientação ao usuário”, conclui. Esse permanente aprimoramento profissional se torna uma estratégia fundamental para o trabalho com qualidade na luta pela garantia de direitos.

Desafios profissionais

Região Serrana

O Serviço Social em discussão

Com a expansão dos cursos de Serviço Social o número de assistentes sociais na Região Serrana vem crescendo de maneira significativa desde 2005. Somada a esse fator, a estruturação dos equipamentos do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) também possui forte peso no aumento de profissionais na região.

Ao avaliar esse panorama, a assistente social e conselheira do CRESS-RJ Carla Fernandez, coordenadora do Núcleo Esterlina Ramos, na Região Serrana do estado, afirma que esse movimento fortaleceu a existência do grupo, como ponto de organização das trabalhadoras.

"A importância do núcleo se dá frente ao quadro da atual conjuntura que as assistentes sociais vivenciam em seu cotidiano profissional, pois possibilita a articulação política. A aproximação com o conselho profissional é fundamental para esclarecimentos sobre como proceder diante de possíveis situações e de denúncias que infrinjam o Código de Ética", explica Carla. "Outro aspecto importante", diz ela, "é a presença de estudantes nas reuniões, o que tem possibilitado uma avaliação acerca dos campos de estágio existentes e dos desafios em torno deste tema".

Por outro lado, Carla faz um alerta para um problema enfrentado não só na Região Serrana, mas como em todo o estado do Rio de Janeiro: a relação com os gestores das políticas. Em alguns casos, gestores não têm conhecimento das atribuições privativas e das competências profissionais de assistentes sociais. Entendendo-as apenas em uma perspectiva técnico-burocrática, não fazem reflexões e nem demonstram compreender as distintas dimensões das demandas dos usuários dos serviços sociais.

Reuniões periódicas com a categoria

Outra frente de ação do Núcleo Esterlina Ramos são as reuniões periódicas. Um dos objetivos dos encontros é discutir os desafios no exercício profissional. Outro objetivo é a construção de uma identidade coletiva das assistentes sociais para o fortalecimento da rede de atuação no município. Contudo, a cada reunião surgem angústias e dúvidas que



"A importância do núcleo se dá frente ao quadro da atual conjuntura que as assistentes sociais vivenciam em seu cotidiano profissional, pois possibilita a articulação política. A aproximação com o conselho profissional é fundamental para esclarecimentos sobre como proceder diante de possíveis situações e de denúncias que infrinjam o Código de Ética"

remetem à necessidade de orientações.

"A partir das informações obtidas nos encontros, vamos construir um catálogo de recursos coletivo para que a rede local possa conhecer o trabalho das assistentes sociais em suas diferentes áreas de atuação. Os resultados serão apresentados em cada reunião. O relatório contará com informações sobre as instituições que contam com o nosso trabalho, contendo também o público-alvo e os serviços oferecidos. Após a elaboração, o ca-

tálogo será oferecido a todas as instituições e equipamentos na Região Serrana", diz Carla. A conselheira do CRESS informa ainda que uma das preocupações centrais é viabilizar um retorno mais eficaz e qualificado às demandas dos usuários.

Orientação da COFI

Por conta das demandas de orientação às assistentes sociais de Petrópolis, da Secretaria de Trabalho e Assistência Social (SETRAC) do município, a COFI realizou, na última semana de julho, o encontro "Desafios do Exercício Profissional das Assistentes Sociais do SUAS". A aproximação aconteceu após as profissionais fazerem uma denúncia sobre a carga horária, que extrapolava o determinado por lei: 30 horas semanais. A partir desse contato, as próprias trabalhadoras verificaram outros problemas no exercício profissional, como a falta de condições que garantam o sigilo profissional, a autonomia profissional e a questão do relatório técnico conjunto. De acordo com a COFI, a intenção é que em breve sejam realizadas visitas programáticas com a intenção de reunir os gestores do município para dialogar sobre essas e outras questões referentes ao exercício profissional das assistentes sociais da região.

Movimentos sociais

Da Copa às Olimpíadas

A população brasileira acompanhou atenta, nas ruas ou não, as lutas que questionaram os gastos com a Copa do Mundo no Brasil. É muito difícil alguém afirmar que o “legado” prometido foi efetivamente cumprido. Passada a Copa, as atenções se voltam para o Rio de Janeiro, em função das Olimpíadas em 2016. Como atuar, política e profissionalmente, já que remoções e ações “higienistas” continuam na pauta neste novo período? Como analisar os novos desafios que estarão postos aos movimentos sociais e à população em geral?

A grande mobilização popular, que ficou conhecida como as “Manifestações de Junho”, está passando por um processo de reformulação. Pelo menos essa é a análise feita por Fernando Tubinambá, do Coletivo Laboratório de Direitos Humanos de Manguinhos e da Resistência da Aldeia Maracanã. Na visão dele, o aparente clima de “tranquilidade” será rompido em 2015, ano de finalizações dos preparativos para as Olimpíadas.

“É preciso entender que o processo de enfrentamento foi muito desgastante. Foram diversas remoções desumanas, violência policial, prisões arbitrárias, perseguições a perfis de redes sociais, a blogs. Passar por um processo desses não é fácil. Onde vai morar? Vai trabalhar com o quê? Lutar desempregado, sem um lugar onde se reunir com as pessoas dificulta a luta. O que está ocorrendo é um momento de reavaliação, de autocrítica nas formas de ação e abordagem dos movimentos sociais. Somos contra o modelo adotado para a realização dos chamados megaeventos esportivos”, avalia.

O papel da grande mídia também é avaliado por Fernando como fundamental no clima negativo que se instaurou na cidade em torno dos protestos. Atualmente, o assunto das remoções está fora da pauta jornalística, pois a atenção está voltada para as eleições.

“Muitas comunidades ainda estão passando por remoções. O que o poder público fez foi suavizar as ações em comunidades pobres, que estão sendo tiradas do mapa. Até por que uma polêmica nesse momento seria muito ruim para a imagem dos candidatos. Mas vejo o processo eleitoral como um campo de luta. É necessário que se concentre força”, pontua.

No entanto, quando o assunto é a realização das Olimpíadas de 2016 na cidade do



Após ter a casa demolida, Jorge visita os escombros



Fernando Tubinambá

Rio de Janeiro, Fernando enxerga perspectivas positivas no rumo das mobilizações. A grande vantagem, na opinião dele, é que o evento ocorrerá apenas no Rio.

“O foco vai estar todo aqui. Vamos ter uma oportunidade histórica de contestar esse modelo de cidade”, diz.

Já Mario Campagnani, do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, do Rio, destacou a mudança dos brasileiro em relação à Copa. O evento não foi visto só sob a ótica festiva, mas como um gasto público, onde o próprio brasileiro ficou de fora da festa.

“Isso foi uma vitória das lutas populares: mostrar o que estava por detrás da organização da Copa. A experiência acumulada nesse período foi muito importante, porque as Olimpíadas nos colocam de frente a novos desafios. Por exemplo, a construção do campo

de golfe. Golfe para quem? E a remoção da Vila União para a construção da Transolímpica. Como ficam as famílias que serão tiradas de lá?”, questiona.

No Comitê participam diversos movimentos sociais, como representantes de camelôs, moradores da Vila Autódromo, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), dentre outros.

O jardineiro Jorge Santos foi removido, em 2010, da Vila Recreio II, na Zona Oeste do Rio, com o argumento de que lá seria construída a Transoeste, via de ligação com os bairros de Campo Grande e Santa Cruz à Barra da Tijuca. Até hoje nada foi feito no local. A luta de resistência dos moradores foi tema de um documentário produzido pelo Núcleo Piratininga de Comunicação: “Vila Recreio 2: sonhos demolidos”, disponível no YouTube. “Os entulhos da minha casa estão lá, no meio do mato. Mudei às pressas para a Vila Taboinha, mas ainda sofro o risco de ser removido daqui. Essa área é muito valorizada pelo setor imobiliário”, desabafa.

Em 2010, a Vila Taboinha, em Vargem Grande, também foi alvo de uma ação de despejo. Na ocasião, os moradores resistiram e entraram em confronto com a polícia. Em 2016, o cenário de violação aos direitos humanos certamente ainda estará colocado. Como nós, assistentes sociais, poderemos enfrentar os desafios postos é uma questão que não se responde olhando apenas para dentro da nossa profissão.

Sociedade

Mitos sobre a redução da maioridade penal

Muitos no Brasil defendem, para a redução da violência, a diminuição da maioridade penal. Mesmo antes da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, vários mitos foram construídos sobre o assunto.

Um dos principais mitos, de que adolescentes em conflito com a lei não sofrem punição, deixa de ser base de sustentação quando os números são analisados. Um estudo publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revela que, de 2010 para 2011, houve um aumento de 11,69% entre adolescentes do sexo masculino que cometeram atos infracionais e cumpriram alguma medida socioeducativa. Foram 778 adolescentes em 2010 e 869 no ano seguinte.

“A doutrina da proteção integral coloca o adolescente como sujeito de direito. Essa proteção visa defender os direitos de todos os adolescentes do Brasil, independentemente da classe, cor, condição social. As pessoas dizem que o Estatuto só aponta para a proteção desses jovens. Porém, o adolescente que cometer algum ato infracional vai ter uma sanção. Então, na verdade, é uma falsa ideia de que o Estatuto não prevê responsabilização. São direitos e deveres. Importante dizer isso porque senão a discussão fica na lógica do bandido



“Nos EUA enrijeceram a legislação, que em algumas federações a maioridade penal foi diminuída para 12 anos, mas os atos infracionais não sofreram queda”

ou do coitadinho. As pessoas desconhecem a realidade do universo socioeducativo. Por exemplo, os dados da Secretaria Nacional de Direitos Humanos demonstram que atos infracionais correspondem a 10% do índice geral dos crimes ocorridos no Brasil. Desse total, a maioria é referente a tráfico de drogas e danos ao patrimônio, e não atentados à vida. Por outro lado, dados do Mapa da Violência revelam que são os jovens os que mais sofrem com morte violenta no Brasil. O país ocupa o quarto lugar no ranking mundial”, explica Fabiana Schmidt, representante do CRESS no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA).

Outro entrave da abordagem do tema é a estratégia adotada pela mídia comercial. Ao usarem os termos “menor” e “adolescente”, a grande mídia, de forma subjetiva, incute nos leitores e telespectadores as cercas invisíveis da sociedade. “Menor” é o menino pobre, negro, morador de favela ou em situação de rua. Ou seja, oferece algum potencial risco de violência na sociedade. Os que se encontram sob a tutela da família, moradores de regiões privilegiadas da cidade, são os “adolescentes”.

O presidente do CRESS e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rodrigo Lima, afirma que seu contato com o universo de adolescentes em conflito com a lei começou em 1995, quando ainda era estudante universitário. Ao entrar num abrigo da Associação Beneficente São Martinho, como educador social, ele pode entender a lógica do sistema socioeducativo.

“Por vivermos em uma sociedade profundamente desigual é que muitos cometem atos infracionais. As pessoas criticam o ECA sem que ele tenha sido implantado em sua totalidade. A lógica da prioridade absoluta, inclusive na previsão orçamentária, praticamente inexistente. Direito a saúde, dignidade, educação, profissionalização e lazer estão previstos como meta. Se todos esses direitos são negados, não há como pedir qualquer tipo de alteração na legislação, como o aumento do tempo de privação de liberdade. Caso eles tivessem acesso a todo esse universo, afirmo

“As pessoas dizem que o Estatuto só aponta para a proteção desses jovens. Porém, o adolescente que cometer algum ato infracional vai ter uma sanção. Então, na verdade, é uma falsa ideia de que o Estatuto não prevê responsabilização”



que muitos não cometeriam esses atos infracionais. Nos EUA enrijeceram a legislação, que em algumas federações a maioria penal foi diminuída para 12 anos, mas os atos infracionais não sofreram queda”, afirma Rodrigo.

Dentro do sistema socioeducativo assistentes sociais compõem equipes multiprofissionais. Sua atuação, portanto, deve considerar a busca por diálogos com os demais profissionais que trabalham nesse campo. Um trabalho fragmentado não é adequado por várias razões, tais como: expõe o adolescente a repetidos “interrogatórios” e desconsidera a contribuição das diferentes perspectivas na construção de um projeto de intervenção integrado e protetivo. Esse é o ponto de vista da assistente social e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Joana Garcia:

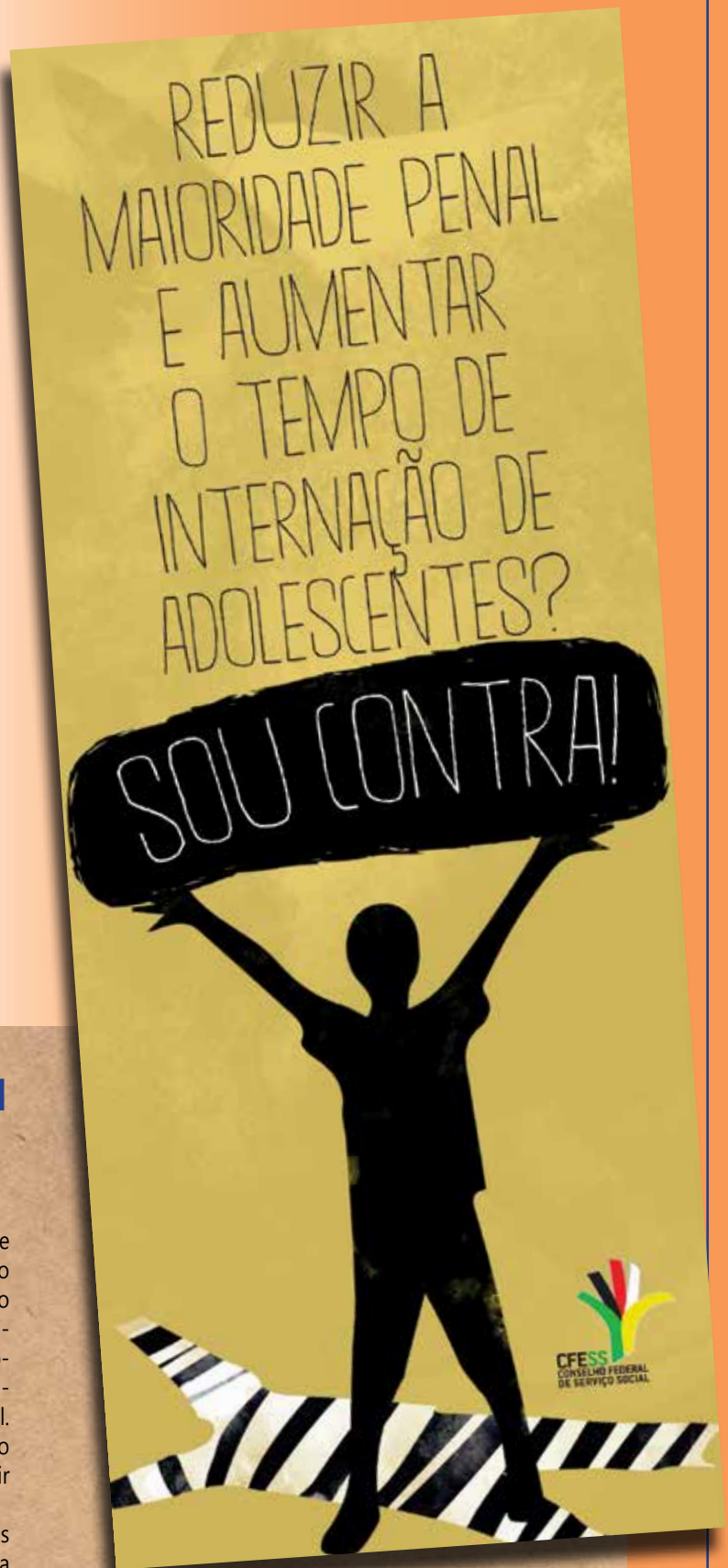
“Trata-se de um projeto de intervenção que deve ser construído coletivamente, com pactuações intra e extra institucionais. Somos tentados a sintetizar ou reduzir a compreensão sobre violência, associando-a a uma única causa ou variável explicativa. Ora busca-se uma razão na configuração familiar, ora na referência comunitária, ora na origem de classe. Estas são as associações mais comuns e estão frequentemente combinadas no imaginário de quem as evoca. Têm como fundamento a ideia de herança ou de cultura baseada no crime. A “vida do crime” não constitui uma escolha no sentido estrito do termo. As condições de entrada são favorecidas pela ausência ou fragilidade de outras referências significativas em relação a pertencimento e sociabilidade com seus pares, a falta de acesso ao consumo de determinados bens, “respeito” e “admiração” adquiridos em função da sujeição criminal. Suplantar estas referências exige um trabalho permanente, que não se restringe ao ambiente institucional, mas envolve a sociedade e sua responsabilidade como promotora dos direitos da criança e do adolescente”, provoca.

CFESS se manifestou sobre o tema

Em folder distribuído durante a IX Conferência Nacional de Assistência Social, em dezembro de 2013, em Brasília (DF), o CFESS lançou a provocativa campanha com o mote “O que o Serviço Social tem a ver com isso?”. Através do material, a entidade mostrou cinco pontos contrários a qualquer tipo de proposta de ampliação do tempo de internação para os adolescentes no sistema socioeducativo e redução da maioria penal. Entre os tópicos, o CFESS defendeu que o aumento da pena não implicaria em redução da violência, “porque é preciso investir para enfrentar as causas”.

Essa medida foi tomada após três Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) que buscavam alterar o ECA, inclusive a redução da maioria penal para 16 anos, tramitarem no senado.

Conheça e imprima o folder no site: <http://www.cfess.org.br/arquivos/contraamaioridade.pdf>



Serviço Social no mundo

A intenção de ruptura no Serviço Social da Colômbia

As sementes da perspectiva da intenção de ruptura continuam a florescer, principalmente, nos países de língua espanhola na América Latina. Há, na Colômbia, uma ampliação dos horizontes ideoculturais que permitem, ao mesmo tempo, a crítica ao caráter endógeno do Serviço Social, bem como a intensificação das influências da tradição marxista na formação profissional.

Após a realização de um Encontro Latino Americano de Serviço Social, em 2004, na Colômbia, um grupo de estudantes e recém-formados decidiram criar diversos grupos de estudos, tomando como base o debate teórico brasileiro de linha marxista. A partir desse momento, os encontros tiveram o caráter de formação, com referências nas obras de pesquisadores como Marilda Iamamoto, Yolanda Guerra, José Paulo Netto.

Há quatro anos no Rio de Janeiro, o doutorando na Escola de Serviço Social da UFRJ Juan Tapiro, de 29 anos, teve a oportunidade de entrar em contato com as discussões de uma dessas células, na Faculdade de Valle, na Colômbia.

"Eu participava das reuniões frequentemente, mas quando um companheiro, o Robert Salamanca, veio estudar aqui, e retornou em 2009 animado com a experiência que teve no Rio, não tive dúvida. Ele me motivou a vir para cá. Já tínhamos a expectativa de sairmos da Colômbia e buscar novos horizontes de formação, outras referências. Mas esse contato foi motivador. Nossa formação lá é muito conservadora e se mantém até hoje. Uma formação muito para o sistema. Na maioria das faculdades ainda dominam os chamados 'metodologia de caso' e 'métodos do Serviço Social', coisas que já eram colocadas em questão na década de 1970 com o processo de Re-conceituação.", explica.

Na análise da conselheira do CFESS e coordenadora da Comissão de Formação Profissional e Relações Internacionais, Esther Lemos, a procura de estudantes de outros países se deve ao fato de o Brasil se distinguir das demais nações latinas, porque na maioria delas não existem leis que norteiem a profissão, além da ligação com setores mais conservadores em vários destes países.

"Embora a profissão tenha aproximadamente 90 anos na América Latina, ten-

Esther Lemos conselheira do CFESS e coordenadora da Comissão de Formação Profissional e Relações Internacionais



O colombiano Sérgio Quintero, formado em Serviço Social pela Universidade de Caldas, buscou o Brasil por causa do debate crítico



do como marco o ano de 1925 quando foi criada a primeira escola de Serviço Social no Chile, a profissão não foi regulamentada na maioria destes países. Neles não há Lei de Regulamentação da Profissão nem Código de Ética Profissional.", destaca.

Outro ponto abordado pela assistente social é o aparato jurídico-normativo que resguarda o exercício profissional que permitiu, no movimento de ruptura com o conservadorismo cujo marco histórico foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, em 1979 –, dar outra direção social às entidades da categoria no Brasil.

"Nestes 35 anos construímos um processo que nos distingue pela unidade política em torno do projeto ético-político profissional, que não é corporativista em si mesmo e se insere na luta mais ampla da classe trabalhadora na ruptura com o conservadorismo, toda forma de autoritarismo e tem como opção a construção de uma nova ordem societária, assumida como princípio ético de nossa profissão. Neste

sentido, entendo que ambos os fatores, a dimensão jurídico-normativa e a direção ético-política, contribuem para termos no país um processo distinto de demais países no que diz respeito ao Serviço Social.", acrescenta.

O também colombiano Sérgio Quintero, de 25 anos, formado em Serviço Social (que na Colômbia é conhecido como *Trabajo Social*) pela Universidade de Caldas, em 2011, afirma que a intenção é buscar a qualificação no Brasil e levar o debate profissional para dentro das universidades de seu país natal.

"A nossa ideia é precisamente a de vir para o Brasil, entrar no debate e voltar. Há pessoas que se formaram ou já estão dentro da faculdade, dando aula, ou atuando como profissionais. Não é levar simplesmente o modelo, mas é perceber as interseções entre os dois países e desenvolver nossos métodos com bases na discussão brasileira.", apontou o doutorando em Serviço Social pela UERJ.

Seccionais



Volta Redonda

Resolução 557

Defesa da produção técnica de assistentes sociais

Em algumas instituições da abrangência da seccional Sul Fluminense vem sendo identificado o aumento de relatórios e pareceres de assistentes sociais elaborados e assinados em conjunto com outras profissões. A direção da seccional vem reunindo dados para, em breve, promover uma reunião ampliada para discussão e esclarecimentos sobre este assunto.

Todos têm ciência da importância da inserção do Serviço Social em equipes multiprofissionais e da contribuição de diversos pontos de vista para a realização de um trabalho de maior amplitude. Mas precisamos sempre nos atentar à defesa das atribuições privativas de assistentes sociais frente a um processo de desvalorização da profissão. Não é apenas compor uma equipe: é participar efetivamente dela, respeitando os limites de atuação de nosso exercício profissional. Precisamos, nesse sentido, respeitar e fazer respeitar a Resolução 557, que trata da defesa da produção técnica de profissionais de Serviço Social.

Têm chegado à seccional de Volta Redonda diversas questões sobre o tema, apontando que a elaboração e assinatura de relatórios conjuntos com outras categorias profissionais merece um estudo mais aprofundado. Vêm emergindo questões delicadas e perigosas de desrespeitado aos limites da atuação profissional de assistentes sociais dentro do que preconiza nosso Código de Ética, como a garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados no nosso Código.

Sabemos que o processo de despolitização da categoria está na mesma esteira das orientações neoliberais dadas às políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. Soma-se a isso a burocratização dos serviços, que, ao mesmo tempo, gera uma supervalorização do fazer profissional no sentido imediato, mas que contraditoriamente tem como consequência a “desvalorização” ou a desqualificação do nosso trabalho.

É preciso estar alerta para a defesa do fazer profissional de assistentes sociais frente à constante pressão institucional por resultados exclusivamente quantitativos, muitas vezes ignorando a relevância do melhor atendimento aos usuários.



Campos do Goytacazes

Intervenção e aproximação com a categoria

A gestão *Ética e Movimento na Defesa do Exercício Profissional*, da Seccional de Campos dos Goytacazes, tem procurado ampliar seu leque de ações, investindo em várias frentes. Uma delas é o fomento dos núcleos de assistentes sociais na região, com a realização de reuniões nesse bimestre do núcleo “Construção e Movimento”, que abrange os municípios de Macaé, Rio das Ostras, Carapebus, Quissamã, Casemiro de Abreu e Conceição de Macabu. A primeira reunião teve como pauta o plano de ação do núcleo e a organização do Seminário Regional de Serviço Social na Educação. O seminário em questão conta com a parceria do Conselho Regional de Psicologia (CRP) - Subsede Norte e Noroeste Fluminense. Essa parceria tem como centro o campo da fiscalização do exercício de ambas as profissões (Serviço Social e Psicologia) a partir do trabalho interdisciplinar. A parceria também tem se voltado para o fortalecimento de ambas as categorias no campo da participação política no processo de definição de estratégias comuns na defesa do exercício profissional na região e no combate e resistência às precárias condições éticas e técnicas de trabalho. Além das lutas por concurso público para as referidas áreas na região, entre outras demandas.

O trabalho da Seccional tem sido direcionado à captação das demandas colocadas à fiscalização do exercício profissional, numa perspectiva político-pedagógica e de orientação que vem potencializando a maior participação de assistentes sociais e contribuindo com diretrizes para a revisão e/ou construção de projetos de intervenção relacionados a cada área de política pública em que se encontram tais profissionais. Demandas de editais de concurso público que aparecem com equívocos têm sido constantes. As providências que a Seccional de Campos terá de tomar junto aos municípios, onde as leis relativas a esses concursos apresentam irregularidades e ferem o Código de Ética e/ou a Lei 8662/93, foram intensificadas com a chegada da agente fiscal Arlene Trindade. Recentemente, a COFI de Campos dos Goytacazes interveio em dois concursos a serem realizados no noroeste fluminense: Prefeituras de Miracema e Bom Jesus de Itabapoana. Em Bom Jesus a jornada de trabalho prevista era de 36 horas, contrariando a Lei Federal 12.317. Já em Miracema, atribuições previstas pelo concurso se contrapõem à Lei que regulamenta o Serviço Social no Brasil e ao nosso Código de Ética. As instituições responsáveis pelo concurso (prefeituras e organizadores) foram oficializadas solicitando as devidas correções. No entanto, o que consta nos editais também está presente em leis municipais que criaram os cargos nos dois municípios. Nesse sentido, o processo é mais lento. O CRESS está agindo para alteração da lei municipal. A participação da categoria desses municípios é fundamental.

Pergunte à COFI

Fiscalização do exercício profissional



Quem realiza a fiscalização do exercício profissional de assistentes sociais nos locais de trabalho?

Os CRESSs têm como função precípua a fiscalização do exercício profissional de assistentes sociais, em defesa da profissão e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários. Essa fiscalização é realizada por agentes fiscais (que são assistentes sociais) e por conselheiros do CRESS, estes fiscais natos.

Em que agentes fiscais e conselheiros se baseiam para realizar essa fiscalização?

A fiscalização é realizada com base na Política Nacional de Fiscalização (PNF), instituída pela Resolução CFESS nº 512/2007. Ela dispõe sobre as normas gerais do exercício da fiscalização profissional. Pressupõe a articulação de três dimensões: 1) a dimensão afirmativa de princípios e compromissos conquistados, objetivando o fortalecimento do projeto ético-profissional, a defesa dos direitos e a qualidade dos serviços profissionais prestados à população; 2) a dimensão político-pedagógica, relacionada à adoção de procedimentos de orientação a assistentes sociais, a instituições e a sociedade em geral e 3) a dimensão normativa e fiscalizadora, que

institui as bases normativo-jurídicas reguladoras do exercício profissional, apurando, coibindo e aplicando penalidades.

A quem o CRESS fiscaliza?

De acordo com o parágrafo segundo do Art. 5º da Lei 8662/93, a fiscalização se faz em relação ao exercício profissional de assistentes sociais e das pessoas jurídicas que prestam serviços específicos do Serviço Social. Em algumas situações é avaliada a importância de realizar visitas conjuntas com outros conselhos profissionais, sendo que cada um é responsável por fiscalizar sua respectiva categoria profissional. Podem ser acordados, também, encaminhamentos políticos em conjunto.

Como faço para esclarecer dúvidas sobre o exercício profissional de assistentes sociais?

Nestes casos, a COFI deve ser contatada nos horários de plantão na sede (segundas-feiras e quintas-feiras, de 13 às 17h30 e terças-feiras e sextas-feiras, de 09 às 13h30), por telefone (21 3147-8765) e/ou presencialmente. As dúvidas também podem ser enviadas para o e-mail cofi1@cressrj.org.br que serão respondidas com a maior brevidade possível. Lembrando que a COFI também está nas seccionais. Os telefones são (24) 3342-6886 (seccional

de Volta Redonda) e (22) 2723-9464 (seccional de Campos).

Com que frequência a COFI realiza visitas de fiscalização?

As visitas de fiscalização são uma das formas de atuação da COFI. Podem ocorrer como ação preventiva, para averiguar possíveis irregularidades ou como parte do "Projeto de Visitas Programadas". Nestas últimas, a COFI aplica um questionário junto às assistentes sociais para conhecer o exercício profissional em uma determinada política, previamente selecionada. Após visitar todos os equipamentos daquela política é realizado um evento para devolução das informações coletadas e propostas de encaminhamento.

Como faço para que a COFI visite o meu local de trabalho?

Identificado pela assistente social que em seu local de trabalho há questões que ferem as normativas profissionais (Lei 8662/93, Código de Ética Profissional e/ou Resoluções CFESS) deve, em primeiro lugar, comunicar ao empregador. Persistindo as questões sem previsão de adequação, cabe a profissional ou à equipe de assistentes sociais comunicar ao CRESS para que o conselho intervenha.

Cofi

Irregularidades nos espaços de Serviço Social em hospitais


No primeiro semestre de 2014, a COFI realizou visitas de fiscalização em 17 unidades de saúde em todo o estado do Rio de Janeiro. De acordo com a comissão, na maioria dos locais foram verificadas irregularidades. Uma das principais observações foi: problemas na estrutura para o atendimento feito por assistentes sociais, o que está em descompasso com as normas éticas e técnicas previstas pela Resolução CFESS nº493/2006. Outro problema encontrado pelas agentes fiscais foram atribuições de natureza administrativa, responsabilizando assistentes sociais por atividades estranhas à matéria do Serviço Social. Em todas as situações de irregularidade a COFI notificou a instituição para que ela se adeque ao estabelecido nas normativas profissionais.

Ainda de acordo com a COFI, os prazos para adequação variam de 30 a 90 dias, dependendo do que foi constatado. Por exemplo: para problemas de ordem física das instalações o tempo para adequação é mais elástico, já que a intervenção exige um maior investimento por parte da instituição de saúde. Se o hospital não conseguir corrigir as irregularidades encontradas pela comissão e, esgotado o prazo, a unidade de saúde deve apresentar um relatório contendo todo o plano adotado para as melhorias e explicações para o não cumprimento.

“Em alguns desses espaços, o CRESS tem travado severas disputas institucionais por conta do não cumprimento das notificações e da penalização injustificada das equipes. Percebemos, também, que a pluralidade e a precariedade de vínculos têm dificultado a organização e o trabalho das equipes. Por isso, não é raro algumas visitas gerarem desdobramentos para além da notificação institucional. São realizadas reuniões com as equipes, orientação para elaboração de projetos de intervenção e incentivo à participação na comissão de saúde do CRESS e no Fórum de Saúde do Rio de Janeiro. As visitas de fiscalização são apenas uma das estratégias para o enfrentamento do que o Serviço Social tem vivenciado nesse processo de precarização e privatização da saúde no estado do Rio de Janeiro”, afirma a COFI.

Segundo a Comissão, parte das denúncias partiu dos próprios usuários das unidades de saúde e de profissionais que não estão ligados à instituição denunciada. “É necessário que assistentes sociais encaminhem para a COFI denúncias das situações de irregularidade frente às normativas profissionais”, acrescentou a equipe.

Ao todo foram visitadas pela COFI duas unidades de Pronto Atendimento Médico (PAM), cinco Unidades de Pronto Atendimento (UPA), três Hospitais Federais, dois Estaduais, três Maternidades, uma Unidade Mista e um Pronto Socorro.



No primeiro semestre de 2014, a COFI realizou visitas de fiscalização em 17 unidades de saúde em todo o estado do Rio de Janeiro e na maioria dos locais foram verificadas irregularidades

Outras ações do CRESS

Julho/Agosto de 2014

O CRESS-RJ participou, nesse período, das seguintes atividades:

Reunião itinerante da Comissão de Saúde –no dia 2/7, no Centro Municipal de Saúde Belizário Penna e contou com a presença de 20 assistentes sociais de base.

Participação da Cerimônia de Entrega de Novas Carteiras às (aos) assistentes sociais - o evento aconteceu no dia 2/7

Centro de Socioeducação Gelso de Carvalho Amaral – no dia 3/7 participou da visita em conjunto com o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura

Ministério Público - reunião com as assistentes sociais para preparação da reunião com o Promotor da 6ª Promotoria de Justiça Infância e Juventude da Comarca da Capital, no dia 9/7

Reunião com o Promotor Dr. Rodrigo César Medina da Cunha na 6ª Promotoria de Justiça Infância e Juventude da Comarca da Capital -sobre exercício ilegal da profissão de Serviço Social e Entidades de Acolhimento, no dia 10/7

Visita pelo Comitê em conjunto com o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura ao CENSE Dom Bosco – no dia 11/7, em função do assassinato de um adolescente na unidade.

Assembleia de aprovação das propostas do Rio de Janeiro e da Delegação do Encontro Nacional CFESS/CRESS- no dia 12/7

Reunião do Núcleo Arco Verde - na Unisum em Campo Grande, dia 14/7



Participação da Cerimônia de Entrega de Novas Carteiras às assistentes sociais - dia 13/8.

Manifestantes presos - visita pelo Comitê em conjunto com o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura às unidades da SEAP José Frederico Marques e Alfredo Trajans, em 15/7

Reunião da Comissão de Assistência na sede do CRESS – no dia 16/7

Reunião com a ENESSO na sede do CRESS – aconteceu em 18/7

Reunião Fórum Permanente de Saúde no Sistema Penitenciário- dia 18/7

Participação no Seminário Administrativo-Financeiro – evento ocorreu em Brasília, nos dias 18 e 19/7

Hospital Universitário Pedro Ernesto - a Comissão de Saúde esteve presente no HUPE, com a presença de 14 assistentes sociais, preceptoras e Residentes em Serviço Social, dia 21 de julho

SUAS Petrópolis - evento de capacitação das assistentes sociais, organizado pela COFI, em 30/7

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes – no dia 30/7 participou da assembleia temática sobre maioria penal e justiça juvenil

Núcleo Arco Verde - participação no evento de capacitação das profissionais da assistência social do município de Mangaratiba, em 30/7



VIII Encontro de Gerações de Assistentes Sociais – no dia 29/8, na UERJ, participou da mesa de abertura do evento organizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) em parceria com o CRESS-RJ



43º Encontro Descentralizado CRESS – Região Sudeste, em Vitória, Espírito Santo – durante os dias 1, 2 e 3/8 o CRESS-RJ defendeu propostas nos eixos de Orientação e Fiscalização; Comunicação e Relações Internacionais e Seguridade Social. O presidente do conselho Rodrigo Lima destacou a competência e dedicação dos participantes. “Esse é um grupo aguerrido, que sabe argumentar e trabalhar em conjunto.”, afirmou.

Participação no lançamento do livro Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado – Uma década de mudanças na opinião pública - evento do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbios e Serviços Sociais, no dia 30/7. O livro foi doado ao CRESS

Reunião com as assistentes sociais do Ministério Público - para organização de um seminário sobre instituições de acolhimento na zona oeste, no dia 1/8

Reunião da Comissão de Assistência Social - aconteceu no dia 11 de agosto

X Jornada de Intercâmbio de Trabalhos de Serviço Social na Área da Saúde do Estado do Rio de Janeiro III e Mostra de Produção Técnico-científica da Residência Multiprofissional em Saúde da UFRJ – no dia 15/8 a Comissão de Saúde participou da mesa de abertura do evento “A Ecloração de Movimentos Sociais: protagonismo e impactos na sociedade contemporânea”

Organização Sindical na Baixada Fluminense - reunião de organização de seminário, realizado no município de Duque de Caxias, em 19/8

Colação de Grau da UNIABEU – no dia 19/8

Encontro na PreviRio - com objetivo de receber o relato da Coordenadora da Comissão de Previdência sobre as realizações e situações pendentes, dia 20/8.

Seminário Comemorativo dos 35 anos Convenção para Eliminação de Todas as Formas Discriminação Contra a Mulher na OAB - dia 22/8.

Reunião com o Fórum Popular do Orçamento – no dia 22/8

Agendamento do curso “Ética e Exercício Profissional” - dia 25/8 participou da reunião do Núcleo Arco Verde, na Unisuam, em Campo Grande

Participação na Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos - no dia 28/8

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – no dia 28/8 participou da assembleia temática sobre maioria penal, no auditório da Prefeitura do Rio de Janeiro e leitura da carta de repúdio construída em

conjunto com a Rede Rio Criança.

Composição da mesa de abertura do Encontro de Gerações promovido pelo CBCISS em parceria com o CRESS-RJ - no auditório 71, na UERJ, dia 29/8.

Perfil dos assistentes sociais da UFRJ- Participação na mesa de abertura do evento, promovido pela ESS/UFRJ, sobre o, dia 29/8.

Apoio à capacitação de lideranças do Movimento pela Moradia Popular – no dia 30 de agosto

AÇÕES DO CRESS – Julho e Agosto 2014		Números
Pedidos de novas inscrições / reinscrições		159
Pedidos de cancelamentos / transferências para outros CRESS		67
Débitos encaminhados para dívida ativa		-
Cerimônias de Entrega do Título de Assistente Social		2
Edições do curso “Ética e exercício profissional”		
Novas denúncias éticas	De usuários	01
	De assistentes sociais	-
	De outros	-
Processos éticos em andamento	Com Comissões de Instrução de Processos Éticos em funcionamento	26
	Sem Comissões de Instrução de Processos Éticos em funcionamento	03
Julgamentos éticos realizados		-
Novas denúncias de desagravo público		-
Reuniões de Comissões do CRESS-sede		35
Reuniões na Seccional de Campos dos Goytacazes		-
Reuniões na Seccional de Volta Redonda		-
Reuniões de Núcleos do CRESS		7
Reuniões de Conselho Pleno		4

Jogo eleitoral favorece a quem?

CARLOS D

"Assistentes sociais devem participar ativamente do processo eleitoral. O que define os rumos profissionais, as condições de trabalho, o que define as possibilidades de assistentes sociais ampliarem a sua atuação junto aos usuários é a direção que se vai dar ao Estado. O fundo público do Estado brasileiro é que financia as políticas sociais. Se esse fundo estiver sendo gerido por forças neoliberais, não há ruptura. Sabemos o quanto isso faz minguar as possibilidades de ampliação de políticas públicas", afirma o assistente social e professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Braz.

Ainda de acordo com Marcelo, o junho de 2013 abriu um novo cenário, estamos no ano depois dessa eclosão. Isso não é algo meramente formal, pois que mudou o patamar das lutas sociais. Abriu-se uma fissura no bloco histórico hegemônico do projeto do PT, mas ele ainda não ruiu por inteiro. No entanto, essa fissura não foi provocada pelas forças mais autenticamente neoliberais do capital financeiro representadas, sobretudo, por DEM e PSDB. A fissura vem de uma insatisfação generalizada com o processo político e com as condições gerais da vida do trabalhador nas grandes cidades. Grupos organizados, como a REDE de Marina, tentam capitalizar essa energia no sentido de amortecer seu potencial transformador.

"Apesar dessa fissura, o capital financeiro continua no comando. Entretanto, o PT já não consegue mais criar um projeto que dê conta das demandas que explodiram em 2013 e ao mesmo tempo as articule com a pressão que o capital financeiro exerce. É um momento que exige ruptura no sentido de um projeto social alternativo, mas ainda não reunimos as condições políticas para interferir de modo mais decisivo na conjuntura atual. Creio que as candidaturas de esquerda são uma alternativa, não eleitoral, mas para adensar uma nova força política. Mesmo que não ganhem as eleições, podem se fortalecer participando da construção de uma nova hegemonia capaz de exercer forte oposição ao futuro governo neoliberal que virá."

Já o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Percival Tavares da Silva, do Núcleo de Filosofia, Política e Educação, acredita que enquanto o processo eleitoral brasileiro estiver nas mãos das empresas, não há



como modificar o cenário político. Para isso, ele cita uma recente pesquisa divulgada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que revela a distribuição do financiamento das campanhas políticas. Cerca de 91% do valor gasto pelos candidatos são oriundos de empresas.

"As regras já estão postas. Em um processo eleitoral que é definido pelo jogo dos empresários, qual é a perspectiva? Não tenho grandes expectativas e trata-se de um jogo que é muito interessante. Há uma ação direta que a OAB apresentou ao Supremo Tribunal argumentando ser inconstitucional o investimento privado em campanha, porque quem detém o poder é o povo. Não importa em quem vai se votar, o que deve mudar são as regras do

jogo. A democracia está capitulada pelo capital das empresas. O nosso sistema está falido. A segurança é militarizada, os meios de comunicação foram rateados pela elite dominante. Existe toda uma lógica sistêmica que leva ao descrédito", conclui.

Estamos num cenário adverso aos interesses dos trabalhadores. As regras eleitorais e a mídia comercial favorecem os candidatos que defendem os interesses do grande capital. O desafio posto é não cair nessa armadilha. Há sim candidatos que, tal como o nosso Código de Ética, têm o compromisso com a construção de uma nova ordem societária sem quaisquer tipos de exploração. Procurar conhecê-los é uma opção política. E não procurar também é.